

**CONTRATO Nº 215/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2022.**

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Carlos dos Santos nº 240, inscrito no **CNPJ** sob nº **88.861.430/0001-49**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MATEUS LEONIDAS RIBEIRO DOS SANTOS EIRELI** **CNPJ 22.379.611/0001-25**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem justo e acordado, celebrar o presente contrato oriundo dos saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 142/2022** para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas com operador e combustível para atender demanda da Prefeitura Municipal de Canguçu, celebrado em 25/08/2022, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas com operador e combustível para atender demanda da Prefeitura Municipal de Canguçu, com saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 142/2022** conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTND ATÉ	NºITEM	LOTE	VL UNITÁRIO	VL TOTAL
66775	SERVIÇO COM MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, POTÊNCIA MÍNIMA 155 HP, IGUAL OU SUPERIOR A 21 TONELADAS, POSSUIR CONCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.20 M³-GIRO 360º GRAUS. COM NO MÁXIMO 12 (DOZE) ANOS DE USO, COM TODOS OS GASTOS PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO POR CONTA DO LICITANTE, COMO OPERADOR, COMBUSTÍVEL, PEÇAS, MANUTENÇÃO, EVENTUAL DESLOCAMENTO E DEMAIS GASTOS NÃO ESPECIFICADOS	h	1500	1	1	337,91	506.865,75
66777	SERVIÇO COM MOTONIVELADORA, MOTOR A DIESEL, EQUIPADA COM ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA NÃO INFERIOR A 135 HP, PESO BRUTO 13032 KG, POSSUIR HORÍMETRO.	h	2700	1	2	343,80	928.260,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 1.435.125,70							

O valor total do presente objeto oriundo deste contrato será de **R\$ 1.435.125,70 (Um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e setenta centavos)**.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 O presente contrato terá início em **22/08/2023** vigorando pelo prazo de **12 (Doze) meses** podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Este edital e seus anexos definem as condições e a forma de execução dos serviços para atender a manutenção das estradas e vias do Município de Canguçu bem como o melhoramento das condições de trafegabilidade.

3.2 A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Secretária Municipal de Infraestrutura Rural.

3.3 Se o serviço não for realizado conforme a necessidade, com assiduidade e obedecendo ao disposto no edital e demais anexos poderá o servidor responsável pela fiscalização desta ata contrato rejeitar os serviços e solicitar que seja realizado novamente.

3.4 Todos os custos de manutenção, abastecimento ou qualquer outro gasto pertinente ao cumprimento do objeto do edital e demais anexos, serão por conta da promitente prestadora.

3.5 É de responsabilidade da promitente prestadora manter todos os equipamentos em perfeitas condições de uso, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção aos funcionários, além de manter atualizada todas as documentações dos veículos.

3.6 Qualquer acidente de trânsito ou de trabalho causado ou com envolvimento da promitente prestadora é de responsabilidade da mesma responder sobre os fatos.

3.7 Os boletins de medição para o pagamento do serviço prestado serão elaborados por preços unitários, com base no quantitativo das horas trabalhadas, as quais serão computadas através do equipamento denominado “HORÍMETRO”, o qual deverá estar obrigatoriamente funcionando e instalado de forma correta, uma vez que as mesmas tem como parâmetro de mensuração a quantidade de horas trabalhadas nos trechos onde estarão sendo executados os serviços, iniciando-se diariamente a contagem do horímetro no início de cada operação.

3.8 Os pagamentos deverão ocorrer mensalmente, portanto será emitido um boletim de medição por mês.

3.9 Os serviços devem iniciar em no máximo dez dias da data da emissão do empenho/ordem de serviço.

3.10 A Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, definirá o tipo de serviço a ser prestado como ensarjetamento, limpeza de valetas, desaguadores bem como o local de transporte de material para encascalhamento e recuperação das estradas, em se tratando do serviço de motoniveladora este deve observar o que for designado pelo servidor responsável pela fiscalização dos serviços prestados, bem como a forma de “patrolamento”.

CLAÚSULA QUARTA - DOS OPERADORES

4.1 A carga horária dos operadores será de 8 (oito) horas diárias.

4.2 O Motorista deverá satisfazer as seguintes condições:

- a) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- b) Ser habilitado no mínimo com a categoria “D”;
- c) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- d) Apresentar Certidão Negativa do registro de Distribuição Criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 05 (cinco) anos (Art. 329 do CTB).

4.3 Sempre que necessário poderá convocar-se a promitente prestadora para execução dos serviços além da carga horária citada, inclusive sábados, domingos e feriados.

4.4 É de responsabilidade da contratada todas as despesas na prestação do serviço como alimentação, transporte de seus operadores, combustível, hospedagem e outras que aqui não foram descritas.

4.5 Compete ao proponente a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta e risco todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário, fiscal ou comercial e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho causados por seus empregados, auxiliares ou prepostos;



4.6 Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.1.1 Os pagamentos deverão ocorrer mensalmente, portanto será emitido um boletim de medição por mês.

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

5.3 Deve acompanhar a nota fiscal toda a documentação necessária à comprovação de que a Contratada mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

5.4 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do servidor responsável pela fiscalização dos serviços na nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a promitente fornecedora providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

5.5 Saneadas as irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela promitente prestadora.

5.6 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

5.7 A nota fiscal deverá ser entregue na sede do Município, aos cuidados do servidor responsável pela fiscalização dos serviços.

5.8 O Município poderá sustar o pagamento de qualquer nota, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com o Município;
- b) Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

5.9 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.10 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.11 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

5.12 O CNPJ da promitente prestadora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.13 Nenhum pagamento será efetuado a promitente prestadora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o fornecimento de acordo com os ajustes pactuados neste contrato correspondente;
- b) observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- c) quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- d) utilizar seus equipamentos e fornecer os materiais necessários à execução do objeto, com despesas as expensas da CONTRATADA;
- e) responder pelos prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja esta consequência de culpa ou dolo próprio ou de seus propositos ou auxiliares;
- f) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.



CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
- b.3) rescisão de contrato;
- b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.
- c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato o **Sr: Gilberto Oliveira da Silveira** ,
Cargo: Motorista. Matrícula: [501301](#) / 1

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 – Integram o **presente contrato**, a **Ata de registro de preços nº 142/2022**, o **Edital de Pregão Eletrônico Nº 98/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento.

Canguçu, RS 22 de Agosto de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA